

## Medicina: cursos sob supervisão

Fonte: MEC

Data: 29/04/2008

Dezessete cursos de medicina com conceitos 1 ou 2, simultaneamente, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) serão supervisionados pelo Ministério da Educação. Foram avaliados 103 cursos em instituições públicas e privadas.

“Estamos iniciando um processo novo na supervisão dos cursos de medicina, assim como fizemos com os de direito e como estamos fazendo com os de pedagogia”, anunciou o ministro da Educação, Fernando Haddad, nesta terça-feira, 29. Segundo o ministro, a intenção não é inibir a expansão do ensino superior no Brasil, mas garantir que a expansão tenha qualidade compatível com as funções exercidas pelos profissionais. “Queremos exigir de todos os cursos com indicadores insuficientes as providências necessárias para a garantia da qualidade do ensino”, ressaltou.

Aquelas instituições cujos cursos de medicina apresentaram resultados insatisfatórios nos processos avaliativos terão de oferecer diagnóstico sobre o desempenho, com medidas para sanar as deficiências identificadas. O diagnóstico deve abordar a organização didático-pedagógica; a integração do curso com os sistemas local e regional de saúde; o perfil do quadro discente; a oferta de vagas nos processos seletivos de 2008, com especificação daquelas ocupadas nos referidos processos e o número de concluintes em 2007; o perfil do quadro docente, incluindo titulação e regime de trabalho, composição e atuação do núcleo docente estruturante, colegiado e coordenação de curso; a infra-estrutura, com identificação das condições de oferta das disciplinas de práticas médicas, em especial o estágio curricular, condições da biblioteca e produção científica.

Para o presidente da comissão que auxilia o MEC na supervisão dos cursos de medicina, Adib Jatene, o crescimento do número de cursos de medicina — que saltou de 80, em 1994, para 175, em 2008 — fez com que os mecanismos de autorização e avaliação de cursos tivessem de ser revistos. “No documento que dispõe sobre a autorização, por exemplo, foi acrescentado um item eliminatório: nenhuma instituição que não tenha um complexo médico-hospitalar ambulatorial que seja referência regional há pelo menos dois anos pode ter um curso de medicina”, explicou.

Caso a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) considere as medidas apresentadas suficientes para corrigir as deficiências, poderá celebrar termo de saneamento com a instituição de ensino. Porém, se esta discordar do diagnóstico sobre os problemas identificados pela avaliação, o MEC poderá realizar visita ao curso e instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.

As sanções incluem desativação de cursos e habilitações, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia e da abertura de processo seletivo de cursos de graduação ou cassação do reconhecimento de curso.

Entre os 17 cursos de medicina em supervisão, quatro são de instituições federais. Neste caso, o MEC acompanhará o processo de saneamento e fornecerá os recursos adicionais, se necessários, para superação das deficiências, sem prejuízo da apuração de responsabilidade de seus dirigentes.

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS	Santos, SP	privada
UNIVERSIDADE DE MARÍLIA	Marília, SP	privada
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	Ribeirão Preto, SP	privada
FACULDADE DE MEDICINA DO PLANALTO CENTRAL	Brasília, DF	privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS	Teresópolis, RJ	privada
UNIVERSIDADE DE UBERABA	Uberaba, MG	privada
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Maceió, AL	pública

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA	Vassouras, RJ	privada
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Belém, PA	pública
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Salvador, BA	pública
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA	Valença, RJ	privada
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	V. Redonda, RJ	privada
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	Canoas, RS	privada
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Manaus, AM	pública
CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS	Manaus, AM	privada
UNIVERSIDADE IGUAÇU	Itaperuna, RJ	privada
UNIVERSIDADE IGUAÇU	Nova Iguaçu, RJ	privada

Dos 103 cursos avaliados, obtiveram nota máxima nos dois indicadores os oferecidos pelas universidades federais do Rio Grande do Sul, de Goiás, de Ciências da Saúde de Porto Alegre, de Santa Maria, do Piauí e de Mato Grosso.

De acordo com o ministro Haddad, além da supervisão desses cursos, que passarão, em seguida, pela renovação de reconhecimento, outras duas ações estão em andamento: o teste de campo do novo instrumento de autorização de novos cursos e o reconhecimento dos cursos que foram autorizados recentemente e que ainda não têm alunos concluintes.

A diretoria do SINPRO-SP ficou surpresa com os valores dos salários pagos aos professores nas escolas particulares que obtiveram melhor resultado no ENEM. Tão logo tomamos conhecimento da matéria publicada pela Veja São Paulo, edição de 16 de abril de 2008, procuramos averiguar a exatidão dos números divulgados, recorrendo à fonte mais confiável que o Sindicato tem em mãos: as guias de recolhimento da contribuição sindical.

Trata-se de documento incontestável, já que o recolhimento anual desse imposto se faz com base no salário efetivamente pago aos professores, a menos que a empresa cometa a irregularidade de fazer algum tipo de pagamento fora do holerite. Para obter a média real dos valores recebidos pelos docentes de uma escola, portanto, o SINPRO-SP apurou a massa salarial através da contribuição sindical e dividiu-a pelo número de professores da escola. Com essa metodologia, pudemos constatar que na maioria das escolas apresentadas pela revista o salário efetivamente pago não corresponde aos constantes na reportagem, conforme se verifica abaixo: